

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

informativo

Ano | n° | 13 a 19 de julho
XXIV | 1058 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

I
M
P
R
E
S
S
O

Safra de grãos no Paraná tem redução de 16%

Pág. 9



A previsão de produção é de 25,06 milhões de toneladas, que corresponde a uma participação de 18,8% da produção nacional. A seca prejudicou a primeira e a segunda safra de grãos cultivadas no Estado.

Vale a pena fazer seguro rural?

O Paraná está em primeiro lugar entre os estados que mais utilizam o seguro rural. Quais as sugestões de nossos produtores para fazer o seguro avançar mais ainda? Existem gargalos, ajustes que poderiam ser feitos a curto e médio prazo? Confira o resultado na página 4



CUSTO DE PRODUÇÃO

Fertilizantes não são mais os vilões

Pág. 2



Ricardo Wolter na sua lavoura em Carambeí calcula custo de produção

PESQUISA FAEP

Preços de fertilizantes podem beneficiar produtores rurais

Com a queda dos preços dos insumos, a relação de troca tomou-se mais favorável para o produtor rural que, em mais de 15 anos amargou perdas consideráveis devido ao alto custo de produção com as importações dos defensivos agrícolas. Segundo pesquisa realizada por técnicos do Sistema FAEP junto a fornecedores nas principais regiões produtoras do Estado pode-se constatar que os preços dos principais insumos indicaram, em média, queda de 43% no período de novembro de 2008 a junho deste ano.

De acordo com a pesquisa, a queda do dólar também foi uma variável a considerar na redução dos preços dos principais fertilizantes. No acumulado de dezembro/08 a junho deste ano, o dólar desvalorizou 22,5%. Já o preço do adubo formulado 00-30-20, por exemplo, caiu 44%. Com relação



Ricardo Wolter
(Carambei)

ao adubo 00-20-20, a queda, no mesmo período, foi de 40%. (Ver tabela 1).

No caso da soja, cultura que absorve 34% da produção interna de

fertilizantes, a relação de troca estimada é de 31,4 sacas de 60 quilos por tonelada de fertilizante. Em novembro do ano passado era preciso ter

Continua na
próxima página

Para produtor, redução de preço favorece agricultura



Ivo Arnt (Tibagi)

O produtor rural e presidente do Sindicato Rural de Tibagi, Ivo Arnt, lembra que após a conclusão da safra 2008/2009, em plena "crise financeira", ocorreu uma redução dos custos de produção principalmente em defensivos, fertilizantes e

combustíveis. Segundo ele, na contramão do que se esperava, a agricultura com perdas significativas na safra passada, com a quebra de produção devido às condições climáticas, o produtor com pequeno capital de giro e dificuldades como a inadimplência

com fornecedores e no sistema bancário reduziu drasticamente as compras antecipadas de insumos, levando muitos fabricantes e distribuidores a reduzirem preços dando rotatividade e redução de estoques.

"Um dos insumos que se destaca na redução dos preços é o glifosato, que na safra em novembro de 2008 foi vendido a R\$ 14,50 o litro, e no início deste ano, em plena crise financeira, comprava-se à R\$ 9,75", diz Arnt. Nos últimos meses, em algumas localidades, explica, o produtor pode adquirir com preço à vista a R\$ 7,95 o litro, uma redução de 54% no custo.

"Acreditamos que estas reduções de preços favoreçam a diminuição dos custos de produção para a agricultura paranaense, auxiliando a recuperação do setor que sofre penalizações com as intempéries nos últimos anos", afirma Ivo Arnt.

A queda do dólar também foi uma variável a considerar na redução dos preços dos principais fertilizantes.

43,4 sacas de soja para comprar uma tonelada de fertilizante. O produtor precisa hoje de menor quantidade de soja para comprar o mesmo volume de fertilizantes.

Segundo dados da Secretaria estadual da Agricultura e do Abastecimento, de maio deste ano, o superfosfato simples teve uma queda no preço de 36,6% entre novembro/08 a maio/09. O superfosfato triplo reduziu o preço em 48,6%. Já o sulfato de amônia granulado teve uma redução de 31,5%. (Tabelas 2 e 3).

Nos fertilizantes formulados, as reduções mais significativas ocorreram no adubo 04-30-10, com queda de 33,5% relativamente ao preço da safra 2008/09. Em relação ao formulado 00-20-20 a redução foi de 21,2%. Quanto ao adubo 00-30-20 a baixa foi de 28,7%. O formulado 08-30-20 caiu 25,6%.

Informações da região de Guarapuava apontam que na cultura de soja (caracterizada pela tecnologia de ponta e alta produtividade) os custos de produção de um hectare de soja, com

produtividade de 3.000 kg/hectare (50 sacas), deverão ter uma redução de 16%. Com isso, o custo passará de R\$ 28,92 por saca para R\$ 24,28 por saca.

A região de Carambeí tem custos mais altos do que a de Guarapuava e a de Londrina. Para ter ganho em escala, os produtores encaminham uma planilha de consumo elaborada em conjunto com um agrônomo para a Cooperativa Batavo, onde técnicos sugerem adaptações de acordo com os preços do momento. A partir desse levantamento as compras são feitas antecipadamente para todos os produtores, permitindo melhor negociação em função da quantidade.

Com este sistema, o produtor Ricardo Wolter conseguiu baixar o custo de adubos entre 5% a 10% em relação ao ano anterior, mesma média da região. Os defensivos tiveram aumento entre 20% a 25%. Resultando, numa queda de aproximadamente 5% no custo de produção. Outra alternativa para reduzir os custos foi a de utilizar somente o que tinha de

reserva de potássio, para não ter que adquirir mais do produto, pelo seu preço que subiu em função da demanda mundial. “Não tivemos alterações significativas. Conseguimos manter o custo regional sem muitas alterações”, avalia.

Wolter mantém um controle minucioso de seus custos na produção de soja, milho, feijão e trigo. Tudo feito através de um software especial que permite acompanhar os dados de consumo de cada cultura, custos por gleba, individualizado por máquinas com os custos hora de cada equipamento.

O gerenciamento dos custos permitiu a Wolter tomar a decisão estratégica de reduzir a área plantada de milho para a safra de verão. A soja que dividia a área de forma igualitária com o milho ganhará mais espaço, passando a produção de 50% para 80% da área. “É mais seguro, não precisa de adubo com potássio. “Não tenho caixa para me arriscar. O ano foi ruim e vou precisar de vários anos para me recuperar”, afirmou.

O produtor reduziu drasticamente as compras antecipadas de insumos, levando muitos fabricantes e distribuidores a reduzirem preços dando rotatividade e redução de estoques

Tabela 1 PARANÁ – PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES

(em R\$/tonelada)

Fertilizantes Formulados	Junho/2009 (a)	Fev/2009 (b)	Nov/2008 (c)	Varição a/b %	Varição a/c %
Adubo 00-20-20	911,80	1.314,51	1.522,65	-30,64	-40,11
Adubo 00-30-20	1.069,00	1.605,56	1.905,42	-33,42	-43,89
Adubo 04-30-10	817,33	1.303,61	1.678,92	-37,30	-51,32
Adubo 05-20-20	977,00	1.437,11	1.683,26	-32,02	-41,96
Adubo 08-30-20	1.073,00	1.634,29	2.006,81	-34,34	-46,53
Adubo 10-20-20	1031,00	1.545,70	1.763,91	-33,30	-41,55
Fertilizantes Matéria-Prima					
Cloreto de Potássio	1.703,20	1.820,85	1.818,79	-6,46	-6,35
Sulfato de Potássio	-	2.700,00	2.690,00	-	-
Superfosfato Simples	579,80	860,61	1.099,28	-32,63	-47,26
Superfosfato Triplo	780,33	1.384,51	1.976,30	-43,64	-60,52
Uréia	709,60	1.102,76	1.549,28	-28,31	-48,97

Fonte: Pesquisa FAEP/DTE - junho/2009

Tabela 2 PARANÁ – PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES – 2008/2009

(em R\$/tonelada)

Fertilizantes Matéria-prima	Preço médio Nov/2008	Preço médio Maio/2009	Varição (%)
Cloreto de Potássio	1.818,79	1.901,06	+ 4,52
Sulfato de Amônia	1.115,66	763,82	-31,53
Superfosfato Simples	1.099,28	696,38	-36,65
Superfosfato Triplo	1.976,30	1.015,68	-48,60
Uréia	1.549,28	1.038,98	-32,94

Fonte: SEAB/DERAL

Tabela 3 PARANÁ – PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES – 2008/2009

(em R\$/tonelada)

Fertilizantes Formulados	Preço médio Nov/2008	Preço médio Maio/2009	Varição (%)
Adubo 00-20-20	1.540,27	1.213,75	-21,22
Adubo 00-30-20	1.905,42	1.358,11	-28,72
Adubo 04-30-10	1.678,92	1.116,16	-33,52
Adubo 05-20-20	1.683,36	1.332,15	-20,86
Adubo 08-30-20	2.006,81	1.491,94	-25,66
Adubo 10-20-20	1.763,91	1.412,74	-19,91

Fonte: SEAB/DERAL

PRODUTORES RESPONDEM:

Vale a pena fazer seguro rural hoje?

O Paraná está em primeiro lugar entre as unidades da federação que mais utilizam o seguro rural. Quais as sugestões de nossos produtores para fazer o seguro avançar mais ainda? Existem gargalos, ajustes que poderiam ser feitos a curto e médio prazo?

Após ouvir sugestões de alguns produtores, fomos ouvir a seguradora.

SIM

“Não planto mais nada sem se-

guro. Dá muito medo. O clima está ficando cada vez mais imprevisível; às vezes a chuva passa na cabeceira e não chega à baixada. Eu não me arrisco, coloco tudo no seguro, nem um caroço fica de fora”.

Graças ao seguro, o produtor Carlos Alberto dos Santos, de 45 anos, escapou de um prejuízo de R\$ 25 mil na última safra.

“Plantei a soja em novembro, só deu chuva para nascer e depois não choveu mais. Teve área em que colhi 28 sacas de soja por alqueire. A

seguradora cobriu o restante até chegar às 68 sacas do custo de produção. Ganhar dinheiro não ganhei, mas fiquei livre de um prejuízo de R\$ 25 mil reais, que foi o valor do cheque da seguradora”, diz Carlos Alberto. Ele arrenda 45 alqueires para cultivar soja, milho e trigo em Sertãoópolis, no Norte.

“Nunca tinha feito seguro para safra de verão, só de inverno. Na última hora, optei por fazer. Graças a Deus. Foi o que me salvou. Se não tivesse seguro, estava por aí agora que nem tatu, enfiado num buraco”.

O que diz a seguradora

(Carlos Eduardo Rodrigues, gerente de produtos de agronegócio da Aliança)

“Para a seguradora, como para o produtor, a safra de inverno é a que tem maior risco. Ao fazer o seguro de verão, o agricultor está ajudando a melhorar o custo do seguro para a safra de inverno. Seguro é mútuo. Quanto mais você massificar e dispersar o risco, melhor. Por isso é importante vender em todas as regiões.

Se olharmos para 2003 e 2004 (antes da subvenção do governo), o seguro era muito caro, por que só era contratado onde havia muito risco.

Neste próximo ciclo, estamos garantindo para os produtores paranaenses a safra de inverno. Ele pode negociar a safra de verão e já incluir o ciclo inteiro. É mais um avanço”

MAIS OU MENOS

No próximo plantio, José Federice Neto, do município de Primeiro de Maio, está pensando seriamente em abandonar a contratação do seguro para o milho. “O seguro para o milho safrinha cobre no máximo 63 sacas por alqueire, praticamente a metade do custo. Assim não compensa fazer. É uma cobertura muito baixa”, avalia.

Em função da estiagem, Neto calcula que só deva colher 40 sacas por alqueire na área segurada. O seguro completa o que falta para 63 sacas.



José Federice Neto

“Mais do que isso, o seguro não paga nada. Acontece que a despesa total, com insumos, financiamento e tudo mais, dá umas 120 a 130 sacas por alqueire. Mesmo com seguro, é prejuízo de 60 sacas por alqueire”, calcula.

Como tantos outros produtores, José combina o cultivo de milho e soja. No caso da soja, por não haver o risco de geada, a cobertura do seguro é melhor. “Se de um problema, a gente só gasta do bolso 10 ou 15%. O resto eles cobrem. Aí vale a pena”, diz Federice Neto.

O que diz a seguradora:

“No ano passado, Primeiro de Maio foi o município que mais teve granizo.

Todo mundo perdeu 100%. A safra de inverno, os produtores sabem disso, é muito mais arriscada. Demora um pouco para oferecer uma cobertura maior, é preciso ter mais massificação do seguro e tecnologias que diminuam o risco. Mas em algumas regiões já se oferece cobertura de 70%. É um avanço.

“O último ciclo teve muita perda com o milho safrinha. Mas foi suportável para a seguradora por que já tínhamos massificado mais e dispersado o risco. O próprio governo federal aumentou a subvenção para o trigo e o milho safrinha, de 60% para 70%. E agora, para o trigo, entra a subvenção de mais 15% do governo estadual, retroativa. Ano a ano o produto vai melhorando.”

“É importante destacar que o produtor pode contratar o seguro para a área total de plantio, e não apenas para a área financiada pelo banco. O prêmio e a subvenção são iguais. Assim ele terá seguro tanto da parte financiada como da que plantou com recurso próprio”.

“Nunca tinha feito seguro para safra de verão, só de inverno. Na última hora, optei por fazer. Graças a Deus. Foi o que me salvou”

Carlos Alberto dos Santos

SIM, COM RESSALVAS

Depois de percorrer os 49 hectares assolados pela estiagem, o perito da seguradora concluiu: “perda total”. Não valia a pena entrar com as máquinas para colher o pouco que sobrou na lavoura de milho de Eugênio Rodrigues Segundo, produtor de 29 anos de Tibagi, nos Campos Gerais. Isso foi no início do ano.

Na semana passada, Eugênio recebeu o cheque da seguradora, suficiente para cobrir 86% do empréstimo no banco. Prejuízo de 14%, então? Não, o prejuízo foi maior, por que ficaram fora do cálculo as despesas com defensivos, óleo diesel, mão-de-obra, para as quais o custeio do banco é insuficiente.

“Acho que tinha que funcionar como o seguro dos automóveis. Garantir 100 ou 110% do investimento”, diz Eugênio. Hoje, na hora de indenizar o produtor, a seguradora leva em conta a produtividade média municipal do milho e indeniza 70% disso. “Até entendo que a seguradora desconte a parte dos custos de colheita e transporte não realizados, mas acontece que o empréstimo do governo já não era suficiente para cobrir tudo”, acrescenta Eugênio.

Outra reivindicação, de Eugênio e outros produtores paranaenses, é para que as seguradoras considerem em suas planilhas a média histórica de produtividade de cada produtor, e não a média municipal.



Eugênio Rodrigues

O que diz a seguradora:

“Seguro de automóvel e seguro rural são diferentes. O automóvel tem um valor de mercado. Você está diante de um bem que já existe, com valor fixo. Agricultura é outra área. O seguro é para algo que ainda não existe, uma promessa. Depende de tudo correr bem, de acordo com a tecnologia, sol e chuva na hora certa.

Às vezes, num ano excepcional, você colhe até mais do que espera. Mas, na

maioria dos casos, a colheita é um pouco menor. Doença, pragas, pequenos sinistros. Mesmo assim, esperamos no ano que vem aumentar a cobertura do ciclo de inverno para 75% em algumas regiões.

Quanto à produtividade, neste ano 90% dos agricultores já poderão fazer o seguro conforme a média de suas lavouras nos últimos anos. Já ultrapassamos a barreira da média do IBGE e da Secretaria da Agricultura. Melhorou muito”.

SEGURO DE PREÇO

Um novo seguro para garantir o valor da produção

O Banco do Brasil anunciou na última quinta-feira (2), em sua sede em Brasília o Seguro de Preço. O novo produto é direcionado a todos os produtores rurais com renda bruta anual de até R\$500 mil. Sandro Bertoldo, analista de agronegócios do Banco do Brasil, disse que todos os produtores podem fazer o seguro. “O seguro é uma maneira de garantir os preços para o produtor e evitar futuras perdas”, afirma Bertoldo.

A partir da safra 2009/2010, os produtores rurais têm a opção de contratar a proteção contra queda acentuada de preços por meio de opções de venda. O seguro irá garantir o bom preço de venda da soja e do milho, que repre-

sentam 85% da safra de grãos, no mercado futuro.

Conforme uma tabela de preços que o banco sugere, o produtor poderá escolher o valor que ele pretende vender sua mercadoria no mercado futuro. Por exemplo, o agricultor contrata o seguro para sua produção de soja com o valor de R\$ 50 a saca. Se no momento em que ele vender a soja o mercado estiver pagando R\$ 40 a saca, o agricultor vende no mercado e o banco cobre a diferença de R\$ 10 por saca. “Os valores variam

de acordo com as expectativas de preço no mercado futuro”, falou Bertoldo.

Nesse novo modelo de oferta privada de proteção de preço, o banco lançará no mercado opções de vendas acessíveis, de modo a garantir o preço de suporte ao produtor na época da colheita, com preço compatível com os custos da produção.

A previsão para que o seguro esteja disponível para o produtor rural é a partir do dia 13 de julho em todas as agências do Banco do Brasil.

A partir de agora o produtor pode vender sua produção escapando do mau-humor do mercado.

MULTAS AMBIENTAIS

Novo sistema para julgamentos dá ao produtor condições de defesa

O produtor rural Orlando Takao Ito foi autuado no dia 10 de junho por plantar trigo em área de preservação permanente no Sítio Primavera, em Leópolis. O valor estipulado pelo polícia ambiental foi de R\$ 5 mil (com vencimento no dia 30 do mesmo mês), para os oito alqueires plantados. A área é arrendada e o proprietário também foi autuado.

No Sindicato de Uraí há várias situações de produtores que nos últimos dois anos plantaram mudas recebidas do IAP, mas que pelo excesso de umidade das áreas não resistiram. “São áreas em que não adianta plantar porque não consegue enraizar. Aí o produtor acaba sendo multado”, explica Maria Tereza Martins, lembrando que Uraí fica numa região de serra, tomando algumas áreas improdutivas para a agricultura.

Fatores como esses eram agravados pela possibilidade do agente público (fiscais IAP e Força Verde) estipular valores aleatoriamente sem critérios claros. Por exemplo, dois técnicos poderiam definir multas diferenciadas para uma mesma situação. Além disso, o processo passava por várias esferas públicas gerando um grande volume de autos, vindo muitas vezes, a caducar por não ser julgado em tempo hábil. Isto até dezembro de 2008.

Buscando uma situação mais justa com maior transparência e agilidade nos procedimentos, estabeleceu-se um novo processo de autuação pelo IAP. No novo modelo um Colegiado de Julgamento de Infrações Administrativas Ambientais analisa cada caso e, posteriormente define o valor da multa. O produtor terá direito de defesa e poderá, ainda, ter o valor do pagamento convertido em benfeitorias para o município. A mudança é inédita no Bra-

sil e a primeira reunião do Colegiado ocorreu na quarta-feira (10).

A prefeitura de Turvo foi o primeiro caso julgado pelo Colegiado. A multa inicial de R\$ 34 mil foi reduzida para R\$ 17 mil que serão investidos na regularização ambiental do município e na instalação de um Centro de Tratamento de Resíduos. O sistema entrou em vigor a partir de 1º de janeiro deste ano. O que levou, Takao a procurar o Sindicato Rural de Uraí que, por sua vez, solicitou ao IAP, por meio de ofício, que reveja a situação do produtor. Apesar de ainda não ter sido julgado, Takao tomou a decisão de regularizar sua situação. “Vou colher o trigo e plantar a mata ciliar. Não acho certo, mas não quero mais problemas”, afirma.

Atualmente o IAP tem 55 mil processos oriundos de multas aplicadas contra os crimes ambientais no Paraná, processos que a instituição não tem capacidade operacional para

concluir. O novo sistema já despertou o interesse de outros estados brasileiros. Até o final do ano o IAP prevê o julgamento de 200 autos de infração. As multas com valores superiores a R\$ 20 mil são julgadas na instituição, as de valor inferior nos escritórios regionais. A cartilha de Fiscalização Ambiental com as informações sobre o novo sistema está disponível no site da FAEP (www.faep.com.br).

Infrações

A engenheira agrônoma da FAEP, Carla Beck, explica que a federação recebeu um alto número de infrações oriundas do interior do Estado e solicitou ao IAP que elas sejam julgadas segundo os critérios estabelecidos pelo novo procedimento. “São autuações que, embora tenham ocorrido a partir de 1º de janeiro, foram efetuadas no processo anterior em desacordo com a nova portaria”.

**Maior
transparência
e agilidade
nos
procedi-
mentos,**

Atualmente o IAP tem 55 mil processos oriundos de multas aplicadas contra os crimes ambientais no Paraná

CÓDIGO FLORESTAL

Stephanes anuncia posicionamento mais forte

O ministro da agricultura Reinhold Stephanes, disse na quarta-feira (8) que se manteve “obediente e comportado” nas discussões públicas sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro. No entanto a falta de diálogo com o colega do Meio Ambiente, Carlos Minc, torna necessário

adotar uma posição mais forte. Stephanes informou que está conversando sobre as mudanças na legislação ambiental com todos os setores da agropecuária e que, no início de agosto, realizará uma reunião com lideranças de todos os partidos para debater o tema.

AGRICULTURA FAMILIAR

Feira Sabores do Paraná chega ao décimo ano



Feira Sabores do Paraná realizada em 2008

A Feira Sabores do Paraná será realizada de 22 a 26 de julho no parque Barigui, em Curitiba, e marca 10 anos de promoção dos produtos da agroindústria familiar do Estado. Está prevista a participação de 250 agroindústrias com a exposição de 1,5 mil itens entre produtos orgânicos e convencionais. A Feira tem se destacado como uma feira de novidades e negócios na área de alimentos processados, produzidos pelas pequenas e médias agroindústrias familiares do Paraná. A maioria dos produtores que participam da Feira foi capacitada por instrutores do SENAR-PR.

Segundo técnicos da Secretaria estadual da Agricultura, entre as novidades previstas para esta décima edição, os consumidores de Curitiba irão encontrar patês com sabor de damasco, de dois tipos de queijos e nozes e sardela; novas conser-

vas como as de berinjela e árabe, novos molhos como pimentão com creme ou com especiarias; doces, com frutas desidratadas e secas; derivados de banana para alimentação como farinha de banana verde, farinhas especiais sem glúten, banana chips desidratada e assada; derivados de erva mate orgânica como erva para chimarrão e chá; derivados de soja como lingüiça de soja, achocolatado de soja e grãos matinas e ainda geléias de pimenta e de frutos da palmeira-jussara, de morango com pimenta e gengibre com limão, entre outras.

Todos os alimentos apresentados são produzidos com matéria-prima selecionada, na grande maioria produzida pelos próprios agricultores. Muitas receitas são exclusivas das famílias, passadas de geração para geração.

O grande mérito da Feira Sabores do Paraná, iniciada em 1999 no

antigo Parque Castelo Branco, na Região Metropolitana de Curitiba, foi a abertura de novos mercados para as pequenas e médias agroindústrias familiares do Estado.

A partir de 2003, a secretaria da Agricultura iniciou um processo de interiorização da Feira, realizando anualmente mais de 15 feiras regionais e sete edições estaduais.

A inclusão do artesanato rural como produto a ser comercializado na feira reflete a valorização das agricultoras familiares que executam uma atividade de agregação de valor e podem contribuir com a renda familiar na propriedade com uma ação rentável.

Nesses 10 anos, a Feira também abriu novos mercados para o segmento de carnes nobres de bovinos, ovinos, caprinos, coelhos, avestruzes e outras espécies animais. Com informações da Agência Estadual de Notícias.

A maioria dos produtores que participam da Feira foi capacitada pelo SENAR-PR

FRANÇA - BRASIL

Chef francês dá uma aula de gastronomia

O chef francês Francis Carcel (foto), trazido especialmente para o Festival Gastronômico Francês, deu uma palestra para cerca de cem pessoas no restaurante-escola do SENAC, em Curitiba. Carcel começou a palestra falando do fato de a culinária francesa ser tão citada. "Um fato importante para que a gastronomia francesa se desenvolvesse é a localização geográfica da França. Felizmente estamos numa região do planeta que permite que tenhamos bons ingredientes", disse.

O chef comentou da sua expectativa de trabalhar com ingredientes brasileiros. "A gastronomia se desenvolveu quando os chefs começaram a viajar e adicionaram ingredientes de outros lugares", e completou "se os ingredien-



Foto: Ivo Lima



tes não são bons o resultado não será satisfatório", completou. Nos jantares do Festival Gastronômico Francês o chef Carcel irá servir cinco pratos preparados pelos alunos do SENAC sob sua batuta, devidamente aromatizados pelo acompanhamento de vinhos franceses.

Após a palestra os participantes tiveram a oportunidade de degustar o "terrine lapereau aux pistaches et aux pruneaux", terrine de coelho com pistaches e ameixa seca.

Carcel fará a mesma palestra em Maringá e Foz do Iguaçu nos dias 15 e 16 respectivamente.

Data dos jantares

Curitiba: 13 a 17 de julho

Maringá: 16 e 17 de julho

Foz do Iguaçu: 17 e 18 de julho

POSSE

Diretoria toma posse do Sindicato de Tibagi

No último dia 07 de julho Ivo Carlos Arnt Filho assumiu a presidência do Sindicato Rural de Tibagi para o triênio 2009/2012. Hilda Margriet Rabbers de Geus tomou posse como vice-presidente e Aduino José Carneiro Prestes e Eugênio Rodrigues Carneiro Segundo como secretários.

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO

São Jorge do Ivaí

Nos dias 3, 4 e 5 de julho o Sindicato Rural de São Jorge do Ivaí realizou curso de Aplicação de Agrotóxicos de Barras (NR 31). O curso ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Laerte Genovez visou capacitar produtores e trabalhadores rurais da região.



PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Safra de grãos no Paraná tem redução de 16%, diz IBGE



Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na terça-feira (7) sobre a produção agrícola no Paraná foi reavaliada e a queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram colhidas 30,51 milhões de toneladas, é de 16%. A previsão de produção é de 25,06 milhões de toneladas, que corresponde a uma participação de 18,8% da produção nacional. A seca prejudicou a primeira e a segunda safra de grãos cultivadas no Estado.

As lavouras de trigo, plantadas neste período do ano, são as únicas que estão sendo beneficiadas com o retorno das condições normais de clima, como está ocorrendo desde o mês passado com chuvas bem distribuídas em todas as regiões do Paraná. Com isso, a previsão do IBGE aponta para uma produção de 3,25 milhões de toneladas. Este volume corresponde a um aumento de 6,2% sobre a produção do ano passado que foi de 3,06 milhões de toneladas.

A área plantada com o trigo subiu de 1,1 milhão de hectares plantados no ano passado para 1,3 mi-

lhão de hectares plantados este ano. Até agora cerca de 92% da cultura já foi plantada e o período de plantio conforme previsão do zoneamento climático encerra-se em 20 de julho no Paraná.

O levantamento do IBGE, referente ao mês de junho, reavaliou a segunda safra de feijão e milho, que já refletem as quedas provocadas pelas geadas que aconteceram no início de junho. Mesmo com o período de seca, seguido de geada, a segunda safra de feijão no Paraná deverá ser 3,8% maior em relação ao mesmo período do ano passado. O volume colhido aumentará de 336.787 toneladas na safra 2007/08 para 349.686 toneladas na safra 2008/09.

Mas considerando as três safras de feijão, a produção paranaense do grão deverá atingir um total de 731.962 toneladas, uma queda de 5,1% em relação à safra total obtida no ano passado que atingiu um volume de 771.291 toneladas.

A safra total de milho, considerando as duas safras deverá atingir um volume de 11 milhões de toneladas, uma queda de 29,4% em rela-

ção ao volume colhido no ano passado que foi de 15,6 milhões de toneladas. Também com o milho, as lavouras foram prejudicadas pela falta de chuvas na safra principal e na safrinha.

Na segunda safra de milho a queda na produção foi de 23%, onde o volume caiu de 5,95 milhões de toneladas colhidas na safra 07/08 para 4,58 milhões de toneladas que devem ser colhidas este ano. A expectativa é que não ocorram mais perdas com o milho, porque a cultura iniciou a fase de colheita e à medida que as plantas vão amadurecendo, elas vão saindo do risco de geadas que ainda podem acontecer no Estado, disse o engenheiro agrônomo do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Otmar Hubner.

Conab estima queda de 7,2% na safra nacional de grãos

As geadas ocorridas no Paraná e no Mato Grosso do Sul em junho e a estiagem registrada entre abril e maio na região Sul e em parte do Centro-Oeste reduziram a atual colheita de grãos em 377,5 mil toneladas. De acordo com a décima pesquisa do ciclo 2008/09, divulgada na terça-feira (7) pela Conab, a estimativa da produção nacional caiu para 133,78 milhões de toneladas, 0,3% a menos se comparado ao levantamento do mês passado, ou 7,2% em relação ao período anterior.

Esta é a menor projeção feita pela estatal desde o início do acompanhamento, em outubro do ano passado. A área plantada, entretanto, está mantida em 47,6 milhões de hectares. De acordo com o estudo, a combinação de clima ruim, quebra na produtividade e baixos preços no mercado fizeram a safrinha de milho cair 13,4% em relação ao ciclo passado, atingindo 16,19 milhões t. No Paraná, a produtividade da safrinha caiu de 3.527 para 3.091 quilos por ha.

ESTIAGEM

Micheletto acompanha reivindicações da FAEP em Brasília

O vice-presidente do Sistema FAEP, deputado federal Moacir Micheletto, enviou ofício ao presidente da entidade, Ágide Meneguette, comunicando que já está em contato com o Ministério da Agricultura e Banco do Brasil para acompanhar as reivindicações propostas pela FAEP para incluir nas resoluções do Bacen (3724 e 3730) produtores paranaenses prejudicados pela estiagem mas que não estão nos municípios em situação de emergência.

A seca atingiu praticamente todo o Paraná afetando drasticamente a produtividade dos grãos sem caracterizar pedido de situação de emergência na maioria dos municípios.

Para socorrer os produtores que foram prejudicados pela estiagem, porém não estão nos municípios de situação de emergên-

cia, a FAEP solicitou no dia 10 de junho ao governo federal (Ministérios Agricultura, Fazenda e Desenvolvimento Agrário) e à bancada de deputados federais e senadores do Paraná, medidas emergenciais nas regras de acesso à renegociação.

Apesar de toda a gravidade da seca que atingiu o Paraná, apenas sete municípios (Bom Jesus do Sul, Itaipulândia, Quinta do Sol, Renascença, São Jorge do Patrocínio, Santa Terezinha de Itaipu e São Pedro do Ivaí) pediram situação de emergência, podendo ser beneficiados com prazo adicional para o pagamento das operações de custeio e investimento, acesso à renegociação dessas dívidas e linha emergencial de crédito. Os sete municípios representam menos de 2% dos produtores paranaenses.

JAA

Jovens agricultores aprendizes conhecem a COAMO

No dia 17 do mês de junho 45 alunos do JAA, acompanhados pela instrutora do SENAR-PR Greice Alves Massignan Mamus visitaram a sede principal da COAMO em Campo Mourão.

O evento contou com a palestra do superintendente operacional Antonio Granado Martinez. Ele explicou a importância do cooperativismo para o homem do campo e para o agronegócio.

Os jovens agricultores aprendizes também contaram com aulas práticas sobre a classificação

de grãos, ministradas pelo supervisor operacional Valter França Camargo. Temas como soja transgênica e variação de preço foram abordados.

O evento teve como objetivo mostrar o funcionamento da maior cooperativa da América Latina.

Desde a preocupação com a lavoura até como o produto é classificado, armazenado e comercializado pela COAMO. Atualmente a empresa comercializa produtos como a margarina, óleo, farinha de trigo, café entre outros.

PROGRAMAS

Representantes da Federação de Goiás visitam a FAEP

Representantes da Federação da Agricultura de Goiás estiveram nos dias 06 e 07 de julho em Curitiba para conhecer o sistema utilizado pela FAEP no Programa Desenvolvimento Sindical (PDS) e também o acompanhamento operacional feito pelo Departamento Sindical. Antelmo Teixeira Alves, gerente sindical da FAEG, falou da importância desta troca de idéias. "A FAEP tem muita propriedade para falar deste assunto, pois já está um pouco adiantada no programa, e tem desenvolvido um ótimo trabalho. E viemos conhecer a metodologia para adaptar ao nosso sistema tecnológico e operacional", disse.

Fernando Veiga Domingues, coordenador de ações e projetos do SENAR-GO, disse que o Programa é uma excelente ferramenta para impulsionar o agronegócio e também para valorizar o agricultor. "É importante que o produtor rural e o sindicato tenham representatividade. É preciso fortalecer a representatividade do setor rural".

O chefe do departamento de informática da FAEG, Sinair Pereira Júnior, apresentou para membros do SENAR-PR e da FAEP o Sistema Integrado de Documentos e Informações (SIDI) e o Comunicação Integrada (CI), ferramentas utilizadas na Federação de Goiás.

DISCUSSÕES

Sindicato de Tibagi lança Café com Prosa

O Sindicato Rural de Tibagi lança o evento "Café com Prosa", que acontecerá todas as terças-feiras na sala do produtor. Cada encontro propõe discussões de temas voltados para a realidade do produtor rural. O primeiro encontro do dia 07 de julho contou com a presença dos gerentes do Banco do Brasil e da Cooperativa Sicredi.

O presidente do Sindicato, Carlos Arnt Filho, fez a abertura, e disse que é importante expor aos diretores e produtores rurais novas alternativas pois a administração é conjunta e participativa e todos devem trabalhar pela entidade junto com os colaboradores.

LEITE EM PÓ

Governo adota medidas para reduzir importações

Desde 2004 quando o Brasil trocou a condição de importador de leite para exportador, a balança comercial vinha fechando com resultados positivos, maiores a cada ano. Esse cenário mudou em 2009, quando pelo quinto mês consecutivo as importações são maiores que as exportações.

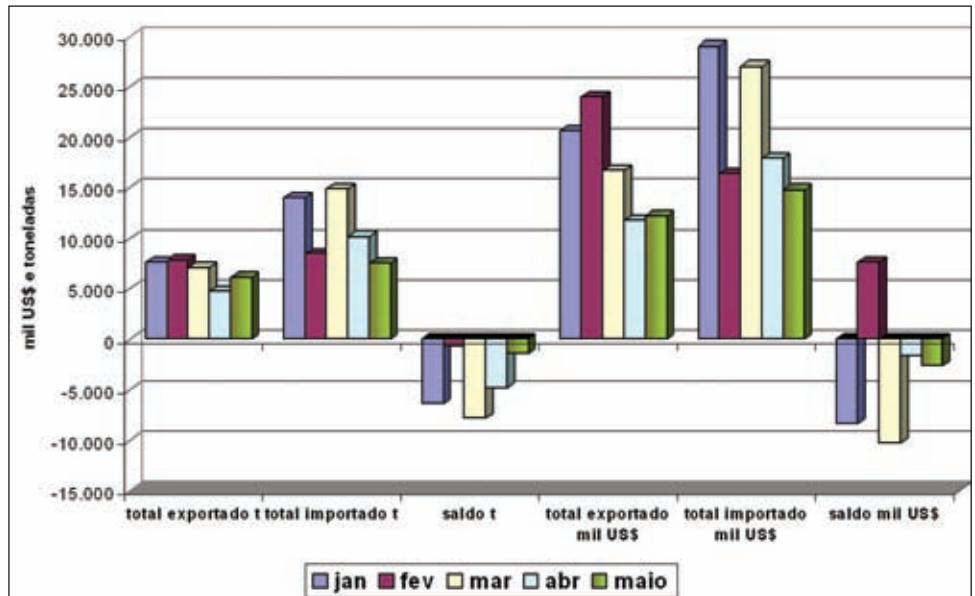
O principal fator para essa situação é a baixa cotação dos produtos no mercado internacional, notadamente do leite em pó, que é o produto mais importado pelo Brasil, sendo Argentina e Uruguai os grandes fornecedores.

O alto volume importado chamou a atenção do Governo que já tomou as providências cabíveis, como a adoção de licença não-automática para importação e a fixação de preço mínimo para o produto importado, além de acompanhamento do destino dado ao leite em pó. O resultado já é uma diminuição das importações.

Tais medidas se fazem necessá-

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRA DE LÁCTEOS

janeiro a maio 2009



rias para impedir que grande quantidade de leite em pó, comprado a preços abaixo do custo de produção nacional, cause maiores prejuízos

aos produtores e indústrias domésticas, cujos produtos estão sendo comercializados a preços menores que os verificados em 2008.

ENCONTRO

Curso Mulher Atual em Londrina



Teve início no dia 6 de junho em Londrina o curso Mulher Atual. Motivadas pelo encontro de mulheres realizado um dia antes e pela presença da presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu, as participantes começaram o curso entusiasmadas e com grandes perspectivas diante das inovações propostas pelos conteúdos abordados nos encontros.

Dentre as expectativas do grupo destacam-se busca de autoconhecimento, melhorar a autoestima e crescimento pessoal; informação e atualização; persistência nos investimentos na propriedade; conviver em grupo; aprimorar o espírito empreendedor e um melhor posicionamento da mulher diante dos desafios no campo.

ARMAZENAGEM

BRDE financia silos**O banco disponibiliza de R\$ 600 mil a R\$ 5 milhões a produtores**

Nos próximos dez anos, a produção brasileira de grãos deve crescer 28,7% e, segundo a Conab, a capacidade das 16 mil unidades armazenadoras espalhadas pelo país é de 125,5 milhões de toneladas, das quais 24,4 milhões no Paraná, o maior produtor de grãos do Brasil.

Em 2008, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul financiou cerca de R\$ 48 milhões para armazenagem, apoiando com recursos 158 projetos (individuais ou coletivos). Em 2009, as contratações estão em R\$ 15 milhões, com 46 contratos assinados (individuais ou coletivos). Os projetos são enquadrados no programa MODERINFRA, do BRDE.

O financiamento pode variar entre R\$ 600 mil e R\$ 5 milhões, explica a gerente de operações na área de atendimento ao produtor rural da Agência de Curitiba, Carmem Truite. “O BRDE tem experiência nesse tipo de projeto. A equipe de técnicos vai até a propriedade e avalia, junto com o produtor, o local de implantação e os detalhes do projeto. O banco pode oferecer ao cliente a melhor solução de crédito, não importa o tamanho do investimento. Esse é o nosso grande diferencial”, explica Carmem. A gerente lembra também da importância da licença ambiental. “Antes de dar entrada com o pedido de financiamento, é importante o produtor já possuir a licença ambiental para agilizar o processo” comenta.

Moderinfra**O que é?**

Amplia a capacidade de armazenamento das propriedades rurais, além de promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos.

Para quem é?

Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas.

Qual o valor limite de financiamento?

Até R\$ 1 milhão por cliente, para empreendimento individual, e até R\$3 milhões, para empreendimento coletivo, respeitado o limite individual por participante.

Qual a taxa de juros?

6,75% ao ano.

Em quanto tempo posso financiar?

Até 96 meses, incluída a carência de até 36 meses.

O que o BRDE exige de garantia?

Hipoteca de bens imóveis ou a própria unidade que está sendo construída com financiamento do Banco. Para cada cem mil reais emprestados, o produtor deve dar garantias reais no valor de cento e trinta mil reais.

Contato BRDE

No Paraná, o BRDE tem agência em Curitiba, na Avenida João Gualberto, 570. Mas os interessados podem solicitar uma visita dos técnicos pelo telefone (41) 3219-8000 ou e-mail:

brdecur@brde.com.br

PREVIDÊNCIA

João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

As implicações legais do cadastro

O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) começa no próximo mês o cadastramento do produtor rural denominado Segurado Especial, proporcionando a criação de banco de dados que irá alimentar o Cadastro Nacional de Informações Sociais, facilitando assim o acesso desta categoria de segurados aos benefícios e serviços da previdência social.

Para a efetivação deste cadastro, o INSS firmará convênio com as entidades sindicais rurais representativas do produtor rural, as quais devidamente credenciadas para este fim procedam, mediante identificação prévia, a alimentação do banco de dados dos segurados especiais, com a realização do cadastramento para fins de inscrição e da declaração anual da atividade rural de forma fundamentada.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) integrará esta parceria com a instituição previdenciária, por entender que poderá, através do cadastro sindical, oferecer informações que possam auxiliar na inscrição dos produtores rurais que não utilizam empregados permanentes, trabalhando a terra em regime de economia familiar, e assim denominado segurado especial.

Entretanto, algumas implicações quanto à operacionalização do cadastramento estão para ocorrer.

Conforme já nos referimos em outras ocasiões em matérias publicadas neste Boletim Informativo, a Lei nº. 11.718, de 20 de junho de 2008, alterou a conceituação de segurado especial ao incluir uma medida agrária, que é o módulo fiscal, como parâmetro para definir enquadramento previdenciário, conflitando com a legislação que estabelece a filiação sindical contida na Lei nº. 1.166/71.

Considerando que fomos informados pelo INSS de que só poderão ser inscritos como segurados especiais os produtores rurais que utilizem área de terra igual ou inferior a quatro módulos fiscais, certamente ocorrerá prejuízo não só a formação de um cadastro confiável, como também o cerceamento de direito do produtor rural que, embora não utilizando empregados permanentes, tenha área de terra superior ao módulo fiscal do Município.

Também a participação da entidade sindical conveniente ficará prejudicada, à medida que estará impedida de efetuar a inscrição de produtor rural que o imóvel rural seja superior a quatro módulos fiscais e filiado ao sistema CNA, considerando o enquadramento junto ao INCRA como Empregador Rural IIB, por possuir área de terra igual ou superior a dois módulos rural (não fiscal) e não utilizar empregado.

Este produtor ficará obrigado a fazer inscrição como contribuinte individual, mesmo sem ser empregador, caso pretenda uma aposentadoria. Completamente equivocado este enquadramento e conceituação de segurado especial. Vejamos inicialmente o que determina a Constituição Federal ao se referir no § 8º do artigo 195 ao regime de economia familiar: **“o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exercem suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes...”**

Nenhuma referência ao tamanho da terra.

Ainda a Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991 bem como a 8.213 da mesma data, na redação original, obedecendo ao texto constitucional, ao tratarem da conceituação de segurado especial, não fazem referência à medida agrária. Portanto, em nosso modesto entendimento (porque jurista não somos), é inconstitucional a utilização do módulo fiscal para definir o enquadramento como segurado especial e contribuinte individual da previdência social, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.718/08.

Acrescente-se ainda que a Turma Nacional de Jurisprudência dos Juizados Especiais, apreciando discussão de enquadramento previdenciário pelo módulo rural assim se pronunciou: **“o imóvel rural de grande extensão não descaracteriza o regime de economia familiar e, conseqüentemente, não afasta a qualificação do proprietário como segurado especial do INSS”**.

Constata-se assim que os argumentos usados para as alterações de conceito de segurado especial estão na contramão da realidade rural. Basta observar o conceito de agricultura

familiar utilizado pelo Programa Nacional de Financiamento – Pronaf. Ali até quatro módulos fiscais e a utilização de empregados, limitado a dois, não prejudica o acesso ao financiamento. Como pode então a legislação previdenciária enquadrar como contribuinte individual o produtor que, independentemente do número de módulos fiscais, não utiliza empregados permanentes. Esta situação se agrava ainda mais quando sabemos que o INCRA utiliza a área total do imóvel e não a aproveitável para a obtenção do módulo fiscal por Município. Sabe-se que área aproveitável do imóvel rural é a passível de exploração, não se considerando as áreas de benfeitorias, floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essência nativa e a comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

Disso se conclui que certamente a previdência social também punirá aquele produtor que preservar a natureza, mas que tem no cadastro do INCRA, ao arremio da Lei nº. 6.746/79, o registro de imóvel acima de quatro módulos fiscal.

Reiteramos o entendimento de que a Lei nº. 11.718/08, no que diz respeito às alterações no conceito de segurado especial e contribuinte individual, nas atividades rurais, comete um grande equívoco que certamente servirá para tumultuar as relações entre a instituição previdenciária e os segurados, tendo como conseqüência o aumento de reclamações, recursos administrativos e judiciais.

Se me permitido fosse, daria a sugestão de primeiramente o INSS, através de ato normativo interno, estabelecer orientação, onde o bom senso deva imperar, para a realização do cadastramento de acordo de como a atividade rural é desenvolvida, utilizando-se as informações cadastrais das entidades sindicais e órgãos públicos. Uma segunda medida, a alteração da Lei de forma a adotar o segmento produtivo rural de um sistema de contribuição direta, individual, dispensando formulas casuísticas e protecionistas que contrariam o princípio estabelecido no artigo 201, § 1º da Constituição Federal.

SINDICATO E EMATER

São João promove curso de manejo de bovino

No dia 06 de julho o Sindicato Rural e a Emater de São João fizeram a abertura de um curso de Manejo de Bovino de leite, na Linha Esperança, realizado pelo sistema FAEP/SENAR-PR, que tem como objetivo promover o homem do campo. O curso foi ministrado pelo instrutor Rafael Carlin, de Chopinzinho.

Foi realizado em três encontros de 8 horas cada, e os produtores aprenderam manejo correto do seu rebanho leiteiro, como parto, qualidade do leite, condição corporal do rebanho, aplicação de vacinas e medicamentos, ordenha manual, teste de mastite, legislação do leite, e ainda terão aulas práticas para desenvolver melhor seu aprendizado.



MATELÂNDIA

Junho foi um mês de aprendizagem para os agricultores

No mês de junho o Sindicato Rural de Matelândia realizou diversos cursos com a proposta de melhorar a qualificação no meio rural.

Do dia 18 a 20, Marcelo Alan Primo, instrutor do SENAR-PR, ministrou o curso Trabalhadores na Aplicação de Agrotóxicos – Tratorizado de Barras - NR 31.

No dia 22 foi apresentado seminário sobre a Instrução Normativa 51 para os produtores de leite, o evento contou com a presença do instrutor do SENAR-PR Sérgio Borges Maggi.

Fechando o mês do dia 23 a 25 Salete Benetti (SENAR-PR) orien-

tou os participantes no Curso de Produção Artesanal de Alimentos, como por exemplo: conservas vegetais, compostas, frutos cristalizados e desidratados.

Nos próximos meses o sindicato rural de Matelândia pretende disponibilizar cada vez mais cursos, com o objetivo de qualificar e capacitar os produtores rurais e seus familiares, para que eles possam contribuir para o desenvolvimento sócio econômico e sustentável do município.

As inscrições estão abertas para o público e podem ser feitas na sede do Sindicato, localizada na Av. Nereu Ramos n° 293.

SABÁUDIA

Curso de Olho na Qualidade Rural

O sindicato Rural de Sabáudia em parceria com o SENAR-PR disponibiliza o Curso de Olho na Qualidade Rural. A intenção é melhorar a qualidade das propriedades rurais e alertar cuidados aos produtores.

O instrutor do SENAR-PR Vidal Ferreira de Campos ajuda a orientar os agricultores na necessidade da preocupação que se deve ter com a higiene, saúde e organização da propriedade. O curso começou no dia 08/06/2009 e, estenderá até o dia 24 de julho.



CONFERÊNCIA

Controle da febre aftosa depende de ação global

Uma das recomendações da Conferência Global para a Febre Aftosa realizada no final do mês de junho em Assunção, Paraguai, define como prioridade internacional o desenvolvimento de uma estratégia mundial de controle da doença. Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) se unem e buscam participação dos governos, produtores e outras organizações para o reconhecimento do controle e erradicação da febre aftosa como um bem público. “É um bem público porque vai assegurar acesso a produtos de qualidade e garantir mercados principalmente para países em desenvolvimento”, explica Fabrício Monteiro, veterinário da FAEP.

“É mais barato combater a aftosa do que conviver com ela”. A conclusão enfatizada por Monteiro é um reflexo das apresentações feitas durante a conferência. “Os impactos da febre aftosa não se restringem ao comércio de carne. Existem países em que grandes produções dependem da tração animal, outros onde a produção de leite para consumo interno fica comprometida, afetando a segurança alimentar”, acrescenta.

As recomendações da OIE deixam claro que a erradicação da doença no mundo não terá sucesso sem a participação da iniciativa privada. Parcerias público-pri-



vadas e entre países são indispensáveis, tanto na execução quanto na troca de experiências com resultados comprovados. “Ao contrário do que muitos previam, o vírus está cada vez mais resistente. Novas variações estão surgindo e demandam vacinas específicas de qualidade para o seu combate. Isso significa investimentos na instalação de laboratórios de pesquisa regionais”. Outro aspecto relacionado a essa questão é a responsabilidade de países que erradicaram a doença de ajudar no combate como forma de se proteger da reintrodução do vírus.

FAO e OIE se comprometeram

“É mais barato combater a aftosa do que conviver com ela”

a acompanhar desenvolvimento das ações de combate à aftosa, principalmente em regiões afetadas, atentas à aplicação de normas definidas pela OIE. O apoio se estende ao estabelecimento de roteiros nacionais e regionais com o objetivo de erradicação do vírus.

Todas essas ações devem considerar o impacto econômico sofrido pelos produtores. O combate à doença não pode inviabilizar a produção. Os governos devem criar mecanismos de compensação para manter os produtores motivados durante o combate, erradicação e vigilância constante de seus rebanhos.



DIA DE DIVULGAÇÃO

Bonecos Aninha e Agrinho visitam alunos de Terra Boa



A chegada dos bonecos Agrinho e Aninha no dia 2 de julho em Terra Boa foi motivo de grande alegria para alunos das escolas que participam do Programa Agrinho do SENAR-PR, quando ocorreu o “Dia de Divulgação do Programa Agrinho”. O evento foi uma parceria firmada entre Prefeitura e Sindicato Rural de Terra Boa.

Foi um dia inteiro de apresentações relacionadas aos temas propostos pelo Programa e visita a 10 instituições de ensino onde 3.300 alunos conheceram os mascotes.

Através desta e outras iniciativas, Terra Boa tem apoiado as escolas que estão desenvolvendo Projetos relacionados ao Programa Agrinho.

SEMINÁRIO

Paranaense na presidência da ABCS

No início de julho a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) com apoio da Associação Paranaense de Suinocultores (APS) realizou o XIII Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura. O encontro realizado no Rafain Palace Hotel, em Foz do Iguaçu (PR), contou com a presença de produtores, empresários, especialistas e pesquisadores de dez estados do Brasil.

No evento, o paranaense Irineu Wessler presidente da APS foi eleito novo presidente da ABCS. Ele destacou que para o seminário promover resultados significativos todos devem se unir. “Tivemos problemas graves nestes dois últimos anos. Mais do que nunca precisamos nos unir e contar com as autoridades estaduais e federais para viabilizar a suinocultura, fortalecer o produtor e aumentar o consumo interno nos próximos dois anos”, comenta Irineu Wessler.



O seminário contou com quatro grandes painéis, que abordaram os “Desafios e tendências para a suinocultura brasileira”, as “Soluções de negócio para o passivo ambiental da suinocultura”, o “Mercado doméstico da carne suína” e os “Desafios organizacionais na produção de suínos”. Compareceram o vice-governador do Paraná Orlando Pessuti e o ministro da Agricultura Reinhold Stephanes.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-02600-2008-021-09-00-0

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO e FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP

RECORRIDO: P. M. C.

RELATOR: MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Sob número TRT-PR-02600-2008-021-09-00-0 foram vistos, relatados e discutidos os autos de RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, provenientes da 2ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ - PR, em que são Recorrentes CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO e FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e Recorrido P. M. C.

Não conformada com a sentença de fls. 288/292, da lavra do Juiz José Márcio Mantovani, rejeitou os pedidos formulados, recorre a parte Autora ao TRT.

Em razões apostas às fls. 294/339, postula a reforma do julgado quanto à cobrança das contribuições sindicais. Apesar de regularmente intimado (fl. 344), o Requerido não apresentou contra-razões. Os autos não foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho, em virtude do disposto no art. 44 da Consolidação dos Provedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Houve o reconhecimento do recurso em contribuição sindical da parte da Autora, pois estavam presentes os pressupostos legais da admissibilidade. "Os dispositivos legais acima transcritos deixam absolutamente clara a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical independentemente de notificação do contribuinte, já

que estabelecem forma e prazo para pagamento, bem assim multa em caso de mora," diz o relato, "em resumo: a exigibilidade da contribuição sindical rural não está vinculada à notificação do devedor, ainda mais porque, na forma como dispõe o artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece".

E conclui: "ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, CONHECER do recurso em cobrança de contribuição sindical da parte Autora. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para, nos termos da fundamentação: a) condenar o Réu no pagamento das contribuições sindicais referentes a 2003, 2005, 2006 e 2007, acrescidas de juros, correção monetária e multa de mora, com a observância do art. 412, do Código Civil; b) condenar o Réu em honorários advocatícios.

Custas, invertidas, pelo Réu, no importe de R\$ 500,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R\$ 25.000,00.

Curitiba, 14 de maio de 2009.

MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Relatora

Fundeprec-PR: SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO EM 30/06/2009

Contas / Itens	Receitas em R\$				Despesas em R\$			Saldo R\$
	Repasses SEAB		Restituição de Indenizações	Rendimentos	Transferências	Indenizações	Financ / Bancárias	
	1º ao 11º	12º						
Taxa Cadastro e Serviços da D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	** 542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00	-	12.892.318,62	-	2.341.952,64	-	19.531.425,88
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	1.398.958,07	-	141.274,87	-	4.817.820,22
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	1.407.663,00	-	-	-	2.889.621,15
Setor Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	62.793,00	-	-	-	116.378,00
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	6.320,46	-	-	-	12.159,07
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	76.643,25	-	-	-	113.745,66
Pgto.Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	15.983.377,49	** 542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	27.403.582,55
Saldo Líquido Total								27.403.582,55

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º Repasse 14/12/2000 R\$ 500.000,00 - 2º Repasse 23/07/2001 R\$ 2.000.000,00 - 3º Repasse 04/09/2001 R\$ 380.000,00 - 4º Repasse 28/12/2001 R\$ 2.120.000,00 - 5º Repasse 21/05/2002 R\$ 710.000,00 - 6º Repasse 26/07/2002 R\$ 2.000.000,00 - 7º Repasse 16/12/2002 R\$ 2.167.000,00 - 8º Repasse - 30/12/2002 R\$ 204.000,00 - 9º Repasse - 08/08/2003 R\$ 600.000,00 - 10º Repasse - 08/01/2004 R\$ 400.000,00 - 11º Repasse - 30/12/2004 R\$ 1.300.000,00 - 12º Repasse - 01/12/2005 R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasses mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB / DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício n° 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora - CO PR-045388/O-9

JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado - djalma.sigwalt@uol.com.br

Financiamento rural e juros

O crédito rural depende do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme disciplina a legislação de regência, para que ganhe eficácia a cada ano e safras correspondentes. Não se trata de crédito comum dependente unicamente do momento do mercado ou dos interesses dos contratantes ao pactuar a obrigação pecuniária. As taxas de juros a incidirem nas cédulas rurais e outros títulos consecutórios, vinculadas ao financiamento rural, dependem é certo, da autorização prévia e expressa relativamente a cada obrigação contratual ao tempo de sua assinatura. Essa autorização deverá ser passada pelo CMN. Assim, os percentuais de juros relativos a cada financiamento devem acatar o teto fixado. Praticado o excesso este deverá ser decotado, estabelecendo-se o patamar legal. Inclusive no caso de eventual omissão do CMN estará o teto fixado nos clássicos doze por cento anuais, eis que prevalece então a disciplina limitadora do Decreto 22.626/33.

A competência para determinação de juros para o financiamento rural é do CMN, conforme a legislação básica do crédito rural estabelecida no Decreto-Lei 167/67 (art. 5.). Na realidade a autonomia de contratar juros no crédito comum, estabelecida a partir da Lei 4.595/64 não prevalece na espécie rural, visto a norma específica do DL 167/67 ser posterior, gerando a prerrogativa do CMN estabelecê-los. Nessa esteira a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (RE 887.034-DF)

ao expressar que se "o CMN não fixou tais juros, incide a limitação de 12% ao ano prevista na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), não alcançando a cédula de crédito rural o entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula 596 do STF, que se dirige exclusivamente à Lei 4.595/64". Na mesma decisão sob comento, vê-se expressado na ementa: "Os juros remuneratórios a serem cobrados nas cédulas de crédito rural estão limitados a 12% a.a.". Somente o CMN, a quem cabe zelar pelo interesse público da manutenção das safras poderia extrapolar no crédito rural os percentuais de doze por cento ao ano, considerando para isso circunstâncias especiais. Mas, não permanece essa fixação de juros compensatórios ao alvedrio do credor. Daí, o limite de doze por cento anuais previstos na vetusta legislação de 1934, ainda vigente, alcançando a todos os envolvidos em substrato de financiamento da produção campestre.

A cobrança dos juros remuneratórios em percentuais superiores àqueles ditados ao tempo da celebração da cédula de crédito rural enseja a aplicação do direito firmado de forma taxativa a partir da jurisprudência do STJ. Tais direitos emergentes dependerão do exame de cada cédula ou título isoladamente, porque ao longo dos anos foram preceituados pelo CMN percentuais diversos de juros. Prevalece para todos os casos a data da emissão da cédula no que concerne a aplicação do direito decorrente da resolução do CMN.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br**Presidente:**

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana

**SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná**

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.brsite: www.senarpr.org.br**Conselho Administrativo****Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator)

Cynthia Calderon (redatora)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Deu na imprensa



Ação popular contra senadores e 3883 servidores do senado

Os advogados gaúchos Irani Mariani e Marco Pollo Giordani ajuizaram, na Justiça Federal, uma ação (AÇÃO POPULAR N° 2009.71.00.009197-9 (RS) que pretende discutir as horas extras pagas e não trabalhadas, no Senado, e outras irregularidades que estão sendo cometidas naquela Casa.

Tem como réus a União, os senadores Garibaldi Alves e Efraim Morais e todos os 3.883 funcionários do Senado Federal. A ação se baseia no fato de que nenhum senador esteve em Brasília, 3,8 mil servidores do Senado, sem exceção, receberam, juntos, R\$ 6,2 milhões em horas extras não trabalhadas. Os senadores Garibaldi e Efraim são, respectivamente, o ex-presidente e o ex-secretário da Mesa do Senado. Foram eles que autorizaram o pagamento das horas extras por serviços não prestados.

A ação popular também busca a revisão mensal do valor que cada senador está custando:

- ✓ R\$ 16.500,00 (13°, 14° e 15° salários);
- ✓ mais R\$ 15.000,00 (verba de gabinete isenta de impostos);
- ✓ mais R\$ 3.800,00 de auxílio moradia;
- ✓ mais R\$ 8.500,00 de cotas para materiais gráficos;
- ✓ mais R\$ 500,00 para telefonia fixa residencial, mais onze assessores parlamentares (ASPONES) com salários a partir de R\$ 6.800,00;
- ✓ mais 25 litros/dia de combustível, com carro e motorista;
- ✓ mais cota de cinco a sete passagens aéreas, ida e volta, para visitar a 'base eleitoral';
- ✓ mais restituição integral de despesas médicas para si e todos os seus dependentes, sem limite de valor;
- ✓ mais cota de R\$ 25.000,00 ao ano para tratamentos odontológicos e psicológicos”.

Esse conjunto de gastos está –segundo os advogados Mariani e Giordani– “impondo ao erário uma despesa anual em todo o Senado, de:

- ✓ R\$ 406.400.000,00; ou
- ✓ R\$ 5.017.280,00 para cada senador.

Tais abusos acarretam uma despesa paga pelo suado dinheiro do contribuinte em média de:

- ✓ **R\$ 418.000,00 por mês**, como custo de cada senador da República”.

(Site Lei & Ordem)

Dá-lhe impostos

A carga tributária brasileira bateu novo recorde histórico em 2008 e chegou a 35,8% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo números divulgados pela Receita Federal. Em 2007, estava em 34,72%. O dado compara a arrecadação tributária do ano passado (R\$ 1,034 trilhão) com a soma de todas as riquezas produzidas no país no mesmo período (R\$ 2,889 trilhões). No ano passado, a arrecadação avançou 8,3%, enquanto a economia cresceu 5,1% (descontada a inflação). No início do governo Lula, a carga representava cerca de 32% do PIB.



Fora Ferrugem

Após 13 anos de pesquisa, a Embrapa lançará uma variedade de soja resistente à ferrugem asiática na safra 2009/2010. A nova cultivar recebeu o nome de soja BRSGO 7560 e estará à disposição dos produtores de Goiás, Minas Gerais, do Distrito Federal e norte de São Paulo. A novidade não elimina a manutenção de práticas agrícolas para o manejo da doença. “A vantagem é que se trata de uma variedade precoce, que fica menos tempo exposta à doença”, explica o pesquisador da Embrapa, Odilon Lemos. A soja é plantada nos meses de outubro a novembro. Em meados de janeiro, já é possível fazer a colheita da nova cultivar.

(Embrapa)

Isenção a diabéticos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que inclui os portadores de diabetes entre as pessoas passíveis de isenção de pagamento do Imposto de Renda. A isenção vale para aposentados e pensionistas. No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde, 8% da população brasileira, cerca de 15 milhões de pessoas, têm diabetes. Para entrar em vigor, a matéria precisa ser aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(Do site do Senado)

Congestionamento

Nos primeiros seis meses do ano a indústria auto-motiva produziu 1,46 milhão de unidades, queda de 13,6% em relação ao mesmo período de 2008, segundo a Anfavea. A Fiat manteve liderança no mercado brasileiro em junho, com vendas de 70.645 automóveis e comerciais leves no mês, alta de 16,5% contra as 60.619 mil unidades em maio.

(Folha de São Paulo)

Frase da Semana

“Em casa de enforcado não se fala em força e nem em corda”
(Do ex-presidente FHC no Senado ao participar dos 15 anos do Plano Real)



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

1. O que é SISLEG?

A sigla significa : SISTEMA DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DA RESERVA LEGAL E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. Nada mais é do que cadastro ambiental.

a) Qual a função principal dele?

O SISLEG estará gerando, gradativamente, um banco de dados georreferenciado das propriedades rurais, indicando o uso do solo e a situação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Assim, ele permitirá monitorar a situação ambiental das propriedades rurais, estimular o cumprimento da lei. O Paraná é o pioneiro nesse tipo de cadastro.

b) O que devem fazer os produtores que não possuem SISLEG ainda?

Primeiramente, devem providenciar o projeto. Engenheiros Agrônomos e Florestais são exemplos de profissionais que possuem capacitação completa para fazer todos os serviços exigidos:

- MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO (Levantamento Planialtimétrico, Representação gráfica e Memorial Descritivo);
- RECUPERAÇÃO (Estágios sucessionais da vegetação, Uso e Ocupação Atual do Solo) e
- LEVANTAMENTO (Planejamento de RL, Planejamento de APP, Demarcação da APP, Demarcação de áreas de RL e Execução de Obras e Serviços)

É importante que se diga que a exigência legal estabelecida pelo Código Florestal é que se averbe, às margens da Matrícula do imóvel no Registro Imobiliário, as áreas de Reservas Legais de suas propriedades, na intenção dar conhecimento a terceiros da imutabilidade da delas. Sendo assim, depois de averbada, a Reserva Legal torna-se perpétua e inalterável, salvo por conveniência do órgão controlador competente em análise que comprove “ganho ambiental” e ainda, que seja aprovada por uma câmara técnica especializada do IAP.

O projeto acima citado não implica em averbação automática. O ato de averbação tem o prazo até o dia 11 de dezembro de 2009. Após o vencimento do prazo, o produtor que não tiver averbado suas RL poderá sofrer sanção que varia de R\$ 50,00 a R\$ 500,00 por hectare por dia.

claudius.augustus@faep.com.br

Dúvida de um produtor de frangos:

Como faço para contratar um diarista ou trabalhador avulso para trabalhar um único dia a cada 60 dias, ele irá carregar frangos?

R. Essa é uma questão de difícil solução, não existe no contexto trabalhista a figura do diarista ou do avulso, pois a apanha de

frangos é atividade principal de uma granja, e o trabalho não pode ser terceirizado. A não ser que a integradora assuma e contrate os apanhadores de frango.

A Lei 11718/2008 disciplina a contratação de trabalhador por curto prazo, ou seja, no máximo de 60 dias a cada ano, tal contrato não precisa ser anotado na CTPS do trabalhador bastando para tanto um contrato por escrito, onde as partes estipulam o prazo do contrato, nada impedindo que haja um contrato por um ano, mas com trabalho de um dia a cada 60 dias, sendo obrigatório o pagamento da previdência social e do FGTS, também o trabalhador tem direito ao décimo terceiro salário e férias. No entanto, para a consecução de tal contrato urge que a norma esteja disciplinada em convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo.

Entendo que muito complicado a contratação do trabalhador nos moldes acima, no entanto, não resta muitas alternativas para o proprietário, pois em caso de um acidente de trabalho as coisas podem complicar para o proprietário.

Para aqueles empregadores que preferem correr risco e não registrar o trabalhador, eles devem providenciar um recibo discriminando o valor da diária, do DSR, das férias com o terço constitucional, do 13º salário, da multa fundiária e pegar assinatura do trabalhador, com isso são pagos todos os direitos do trabalhador, ficou faltando o registro e o pagamento da contribuição previdenciária, repito, corre risco em caso de fiscalização e em caso de acidente.

email: sindical@faep.com.br

Receita Federal via internet

José Luiz Machado, Técnico em Arrecadação do SENAR-PR, em Curitiba, informa que a Receita Federal está ampliando os serviços que podem ser realizados pela internet, permitindo aos contribuintes evitar filas, escolhendo dia e horário de atendimento.

Entre os serviços oferecidos para agendamento estão os seguintes:

- ✓ Comprovação de liquidação de débitos - Pessoa Física;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos - Pessoa Física e Jurídica;
- ✓ Parcelamento - Pessoa Física e Jurídica;
- ✓ Retificação de DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Pessoa Física;
- ✓ Atendimento a débitos declarados em DCTF.

Os serviços acima encontram-se disponíveis para agendamento em **todas** as unidades de atendimento da RFB. Porém, as unidades podem oferecer outros serviços para agendamento.

O endereço para agendamento é o seguinte:

www.receita.fazenda.gov.br (item Cidadão ou Empresa / Todos os Serviços / Agendamento on line).

Milho é o cara?

Produção e safra paranaense

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) avalia em 781,46 milhões de toneladas a produção desse cereal no planeta. Os Estados Unidos e a China respondem por 61% da oferta global, os primeiros com cerca de 300 milhões de toneladas e os chineses sinalizam 165 milhões de toneladas e um consumo de 152,0 milhões de toneladas. A grande produção americana se explica também pelo fato de, ao contrário do Brasil que usa a cana de açúcar para a produção de álcool, os "gringos" se utilizam do milho como matéria prima desse combustível.

A Conab projetou a produção total de milho no Brasil em 49,4 milhões de toneladas, contra 49,8 milhões de toneladas no mês passado, com uma produtividade média de 3.854 quilos por hectare. De acordo com dados oficiais, a quebra das

de média estadual na safra de verão caiu de 113 sacas/hectare para 83 sacas por hectare, em razão da estiagem prolongada. Com isso, o custo por saca passou de R\$ 19,50 para R\$ 26,54/saca, ou seja, uma elevação de 36%.

Já no milho safrinha, a produção caiu 1,37 milhões de toneladas (de 5,95 para 4,58 milhões de toneladas) e a produtividade prevista varia entre 55 a 58 sacas por hectare. O potencial estimado apontada para uma produtividade de 70 sacas por hectare. Uma quebra de produtividade de 17%. A quantidade de produto necessária para se cobrir o custo de produção passou de 92 sacas para 129 sacas por hectare, um aumento de 40% da safra 2007/08 para a safra 2008/09.

O faturamento médio estimado passa de R\$ 1.918,74 para R\$ 1.409,34 por hectare. Perda de R\$ 509,40 por



duas safras deverá somar 9,2 milhões de toneladas. Os prejuízos com a estiagem e a geadas levaram a muitos produtores a optar pelo trigo, substituindo o milho. Mesmo assim, o Paraná continuará sendo o principal produtor brasileiro de milho com cerca de 22% da produção nacional.

Somando as duas safras de milho, o Paraná, principal produtor brasileiro, deverá alcançar a 11,04 milhões de toneladas. Segundo o Departamento de Economia Rural – DERAL, da Secretaria de Agricultura, a produtividade

hectare. Mesmo na hipótese de safra normal, com produtividade de 113 sacas, ainda assim o produtor teria perda, haja vista que o preço recebido não cobre o custo de produção.

O preço médio recebido no primeiro semestre de 2009, de R\$ 17,40/saca, é menor em R\$ 1,64/saca em relação ao custo de produção da CONAB de R\$ 19,50/saca. E ligeiramente acima do preço mínimo de garantia vigente de R\$ 16,50/saca. Para a próxima safra 2009/10 o preço de garantia aprovado pelo Governo Federal é de R\$ 17,46 por saca.

1001 utilidades

O slogan "mil e uma utilidades" seria muito mais adequado ao milho do que ao Bom Bril. Os companheiros de Pedro Álvares Cabral ao desembarcarem por aqui já encontraram os índios fazendo cauim, o primeiro aguardente nacional, fruto da mastigação e fermentação do



milho. Rico em vitamina C e A, ferro, potássio e fibras, o milho tem mais de 500 utilidades. Transformado em amido ou xarope é a base de alimentos infantis, biscoitos, pudins e outros alimentos industrializados. É usado em plásticos, tintas, adesivos, inseticidas, produtos farmacêuticos, solventes e sabonetes. É, porém, na ração de animais em que está concentrado o maior consumo

de milho, cerca de 60% da produção mundial.

Mesmo com esse cenário de amplo aproveitamento, o milho pode ser considerado o "primo pobre" da agricultura, porque invariavelmente a cada safra seus preços não cobrem os custos de produção.

Como alimento básico das populações e gerador de proteína animal por fundamentar as rações de suínos, bovinos e frangos, o mundo não viveria sem esse "primo pobre".

Poema do milho

Milho...

Punhado plantado nos quintais.
Talhões fechados pelas roças.
Entremeado nas lavouras,
Baliza marcante nas divisas.
Milho verde. Milho seco.
Bem granado, cor de ouro.
Alvo. Às vezes vareia,
espiga roxa, vermelha, salpintada.

Milho virado, maduro, onde o feijão enrama
Milho quebrado, debulhado
na festa das colheitas anuais.

Bandeira de milho levada para os montes
largada pelas roças:
Bandeiras esquecidas na fartura.
Respiga descuidada
dos pássaros e dos bichos.
(CORA CORALINA, poetisa brasileira-1899-1985)

"Ovos em várias cestas"

Boa parte dos produtores de milho do Paraná são pequenos proprietários.

A dança dos preços que na maioria das vezes não cobre os custos,

Thes ensinou que a melhor formula é diversificar as culturas.



Francisco Wrodel (Chiquinho)

No quilometro 12 da rodovia que liga os municípios de Castro a Tibagi, no centro-sul do Estado, está a Chácara Aparição. O nome foi dado pelos avós de Francisco Wrodel, porque era o local preferido pelas vacas ao parirem no inverno seus bezerros. Considerando o nome inapropriado, a "parição" foi precedida pela vogal 'a', apesar de toda a região por onde se es-

tende ter no passado o nome oficial de Fazenda Santo André.

Foi neste local que Francisco ou "Chiquinho" se criou numa colônia polonesa em que se não que se falava o português. Ele recorda das dificuldades como criança, quando era obrigado a carregar o milho nas costas, e aparelho de TV, carro ou trator eram sonhos. "Antigamente era mais fácil? uma ova", diz,

"a gente carpia a roça descalço, não tinha nem sapato. Hoje não se anda descalço nem dentro de casa".

Os tempos e a vida de Chiquinho de fato mudaram. Faz 20 anos que ele comprou o primeiro trator, ganhou a primeira granja, esqueceu o polonês e casou há 21 anos com a brasileira Josélia. Hoje, com a ajuda do filho mais velho, Luciano, 19 anos, dá conta da sua parte de 11,8 ha do total de 47,91 ha divididos com o pai Lauro e com a única irmã. O negócio, garante, é não contratar mão-de-obra temporária para não ter o ônus da legislação trabalhista que inviabiliza a contratação de diaristas. "Hoje se trabalha mais e ainda tem o custo do maquinário e dos impostos. Não dá pra ficar rico, mas se tem mais comodidade", compara.

A Chácara é dividida familiarmente em granjas. Cada um tem a sua granja, o pai e a irmã, ele e sua pequena família. É a granja que paga a comida e veste os quatro filhos do casal. A lavoura de milho, soja e feijão acabam sendo o lucro que possibilita mais investimento como o quarto trator de R\$ 89 mil, a nova aquisição de Francisco, financiado em cinco anos. A renda anual total de R\$ 370 mil é complementada com a prestação de serviços aos vizinhos. Embora tenha estudado somente até a terceira série primária, sabe que não se coloca todos os ovos numa única cesta. "Tem que trabalhar de tudo um pouco. Cada ano uma coisa vai bem".

Apesar da produção ter destino certo, a Cooperativa Castrolanda, em Castro, as 640 toneladas de milho não foram suficientes para darem lucro. A saca vendida a R\$ 21 precisava chegar pelo menos a R\$ 24 para cobrir os custos. Seca, geada e chuvas contribuíram para o prejuízo. "É uma loteria. Tem ano que se ganha dinheiro e tem ano que dá prejuízo".

Mesmo assim ele vai continuar com a aposta. Mas, na dúvida, decidiu diversificar mais uma vez, somado mais uma cultura a sua lista que em outras épocas já teve até abobora cabotiã. Além da soja, milho e feijão ele acrescentou o trigo na sua plantação.

"É uma loteria.

Tem ano que se ganha dinheiro

e tem ano que dá prejuízo"

A Estrela da Pipoca

Num cenário em que o produtor sofre com os efeitos da estiagem e das geadas, um parente próximo do milho tradicional faz a felicidade de um pequeno empreendedor.



Há mais de 30 anos, Walter Martins Ferreira, O X-Salada, ganha a vida vendendo pipoca no centro de Curitiba. É um pequeno empreendedor como milhares neste país. Divorciado, 55 anos, casa própria, do seu carrinho prateado, sempre limpo e asseado, se desprende o aroma irresistível de cada panelada - sua propaganda levada ao vento. Ele contabiliza uma média de 110 pacotes de pipoca salgada (a maioria) e doce, a um preço médio de R\$ 2,00. Sua matéria-prima é importada, vem da Argentina que, segundo ele, “dá um rendimento 40% maior do que o produto nacional” comprada em atacistas por R\$ 45,00. Esses 23 quilos, contando os poucos piruás não estourados, ao serem contabilizados lhe dão uma receita bruta de R\$

1.130,00, resultado de 565 sacos de pipoca. Ou seja, um lucro na matéria-prima de mais de mil reais.

Seu principal investimento já foi pago (o carrinho), o azeite, o sal ou açúcar, os pedaços de bacon (dois ou três misturados à pipoca) e o gás de cozinha lhe dão gastos muito baixos em relação ao seu faturamento. Levando-se em conta sua média diária de 110 pacotes, em 25 dias de trabalho, X-Salada teria um rendimento mensal de R\$ 5.500,00. Essa foi a razão dele abandonar os sanduíches que lhe renderam o apelido, participar de um curso do PAS (Programa Alimento Seguro), garantindo a qualidade do seu produto e ser credenciado entre os pipoqueiros da capital. “A pipoca é um commodity que melhorou minha vida”,

diz ele, usando o termo inglês visto nos jornais que define as mercadorias de origem primária normalmente negociadas em bolsas.

***Nos cinemas da capital, o preço de um pacote de pipoca varia de R\$ 5,50 a R\$ 8,25.**

**** A palavra pipoca vem do tupi:**

pi = couro e poca = estourar

“A pipoca é um commodity que melhorou minha vida”, diz Walter Martins Ferreira, usando o termo inglês visto nos jornais.

PRAZO

Começa o mapeamento do BHC no Paraná

O BHC é proibido por lei
PROCURA-SE
O BHC é cancerígeno, pode causar problemas neurológicos e provocar aborto. Contamina a água, o solo, as lavouras, alimentos e animais.



como agir

Se em sua propriedade há estoques de BHC ou outros agrotóxicos proibidos por lei:

- Procure a Emater, o Sindicato Rural, cooperativas ou escritórios da Secretaria da Agricultura do Paraná até **30 de novembro** para cadastrá-los
- Indique a **localização do veneno**, mesmo que esteja enterrado
- **Você está protegido pela lei*** e não será punido
- **Não haverá nenhum custo** para o produtor

(*) Lei estadual n° 16.982, de 17 de abril de 2009

GOVERNO DO PARANÁ | SISTEMA FAEP | EMATER | SISTEMA OCEPAR | INPEV

Produtores rurais são principais aliados no mapeamento do BHC

30 de novembro é o fim do prazo para o cadastramento do Hexaclorobenzeno, o BHC e outros agrotóxicos proibidos por lei no Brasil. Durante este período, os produtores podem se dirigir aos escritórios da Emater ou Secretaria de Estado da Agricultura, Sindicatos Rurais e cooperativas para preencher a autodeclaração que identifi-

cará onde e em que condições esses produtos estão estocados. A lei estadual que prevê o recolhimento do agrotóxico também protege o produtor de multas ou qualquer outro tipo de punição. O produtor também está livre de qualquer custo relacionado à remoção dos agrotóxicos.

O BHC é cancerígeno e foi proibido no

Brasil em 1985. No entanto, grandes quantidades foram abandonadas o que gerou um grave passivo ambiental. Muitos detentores do produto optaram por enterrar os estoques, o que só fez aumentar o risco de contaminação do solo e da água. A meta é que, ao final da primeira etapa da campanha, haja um mapeamento completo dos estoques remanescentes de BHC no estado, para então fazer a remoção e destinação final.

Alguns sindicatos rurais estão bastante adiantados no cadastramento dos produtores. Vinte pessoas já compareceram ao Sindicato Rural de Loanda, no noroeste do estado, para declarar estoques de BHC. Um volume que já soma mais de 4 mil quilos. "Os produtores já fizeram o cadastro e querem saber quando será recolhido o produto", diz a funcionária do sindicato Marli Martins.

Em Mandaguáçu, também na região noroeste, o cadastramento já foi concluído. De acordo com o presidente do Sindicato Rural, Francisco Carlos do Nascimento, além da iniciativa do sindicato a ação envolveu o Ministério Público e a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura. "Já estamos com esse material todo identificado, inclusive com mapas das propriedades e locais de armazenamento do produto demarcados", adianta Nascimento. O BHC mapeado foi lacrado em tambores plásticos e os produtores aguardam pela remoção.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
 Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
 Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável